

## REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

# AUXÍLIO FUNERAL

Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais	<i>Desembargador do Trabalho João Carlos de Oliveira Uchoa ; Email: encarregado.lgpd@trt7.jus.br; Formulário Eletrônico disponibilizado na Ouvidoria do Tribunal; Endereço para correspondência: Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, CEP 60150-150, Fortaleza-CE; Telefones: 0800.280.1771/ (85) 32249639 / (85) 3388-9308 (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados) Contato presencial: Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, Fortaleza-CE (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados) WhatsApp: (85)991671607 (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados)</i>
Endereço e Telefone do Tribunal	Av. Santos Dumont, 3384 Aldeota - Fortaleza/CE CEP: 60.150-162 Telefones: (85) 3388-9400   (85) 3388-9300
Sítio institucional sobre a LGPD	<a href="http://www.trt7.jus.br/lgpd">www.trt7.jus.br/lgpd</a>
Centros de Tratamento	<ul style="list-style-type: none"><li>• Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região: Av. Santos Dumont, 3384 - Aldeota - Fortaleza/CE; Edifício Anexo II do Tribunal - Andar 8º</li></ul>

Finalidade do tratamento	<i>-Realizar o registro e o processamento da solicitação do auxílio que é dado à família do servidor falecido ou aposentado .</i>
Enquadramento legal	<i>-<u>art. 7º da LGPD</u>  (...) IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;  (...)</i>

	<p>Ato TRT7 nº 303/2015 Ato TRT7 nº 74/2020</p>
Titulares dos dados	<p>requerente familiar do servidor(a) falecido(a), servidor (a) aposentado (a).</p>
Categoria de dados pessoais	<p>Os dados pessoais que serão solicitados são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- nome completo, e-mail, telefone, RG, órgão emissor e cpf do /servidor(a)</li> <li>- cópia do RG e CPF do requerente</li> <li>- cópia da certidão de óbito do falecido</li> <li>- certidão de casamento atualizada ou nascimento, no caso do requerente ser familiar (art.241 da Lei 8.112/90) do falecido;</li> <li>- nota fiscal/recibo que comprovem as despesas funerárias; e</li> <li>- cadastro de auxílio-funeral (modelo criado pelo SBP).</li> </ul>
Categoria de destinatários	<p>Os dados pessoais, que constam nos arquivos digitais, não são compartilhados com outras entidades públicas ou privadas. Os documentos digitais anexados só podem ser visualizados pelos participantes do processo, conforme dispõe o Inciso I, do §2º, do Art. 8º, do Ato 303, "O acesso restrito", é limitado às partes e à unidade detentora do processo, deve ser utilizado nos documentos que digam respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, tais como atestados e laudos médicos, certidões de nascimento e de casamento, escrituras públicas de união estável, atestados de antecedentes, declaração de bens, entre outros, nos termos do inc. I do § 1º do art. 31 da Lei 12.527/2011. Para consulta externa é preciso que o processo/documento seja compartilhado/autorizado pelo Tribunal. É necessário realizar o cadastro do usuário externo.</p>
Transferência internacional	<p>Não.</p>
Prazo de conservação	<p>Prazo indeterminado.</p>
Medidas de segurança	<p>As medidas de segurança implementadas correspondem com as previstas nos seguintes instrumentos:</p>

- Política e normas complementares de segurança da informação do TRT7;
- Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT7.
- DECRETO Nº 9.637/2018 que institui a Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação.
- Norma NBR 27001/2013 - esta Norma especifica os requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão da segurança da informação dentro do contexto da organização. Esta Norma também inclui requisitos para a avaliação e tratamento de riscos de segurança da informação voltados para as necessidades da organização.
- Norma NBR 27002/2013 - esta Norma fornece diretrizes para práticas de gestão de segurança da informação e normas de segurança da informação para as organizações, incluindo a seleção, a implementação e o gerenciamento de controles, levando em consideração os ambientes de risco da segurança da informação da organização.